

## Isabella Batalha Muniz Barbosa

É doutora em Arquitetura e Urbanismo

▄ O tema mobilidade passou a ser foco de políticas públicas, considerados os impactos que afetam diretamente a rotina urbana

### *Circular que não circula*

A crescente urbanização e a complexidade de seus sistemas demandam, frequentemente, normativas, planos de desenvolvimento e inovações tecnológicas para adequação das funções sociais inerentes às cidades: habitação, circulação, trabalho e lazer. O tema mobilidade passou a ser foco de políticas públicas, considerados os impactos que afetam diretamente a rotina urbana e de forma dinâmica nas relações de uso do solo.

Mesmo considerando a recente aprovação da Política Nacional de Mobilidade Urbana (Lei 12.587/2012), com avanços e inovações, tais como a garantia de acessibilidade urbana como direito universal e a priorização aos modos de transporte coletivo e não-motorizados, observa-se que os desafios da mobilidade urbana ainda são imensos: há descompasso na aplicabilidade das legislações; ineficiência no sistema de transporte público; falta de integração entre os modais de transporte e a notória priorização do automóvel.

Os problemas de mobilidade se agravam ainda mais pela constante extensão das periferias urbanas, ritmadas também pelo mercado imobiliário. Esse processo de fragmentação do solo em manchas descontínuas demanda do poder público

um alto custo para reconexão dessas áreas com investimentos em infraestruturas para fins de mobilidade. A política federal com redução de IPI aumentou a frota de veículos automotivos e o país terminou o ano de 2012 com mais de 50,2 milhões de automóveis e 19,9 milhões de motos (Denatran). A frota brasileira praticamente dobrou em dez anos (2001 a 2011) sem que a infraestrutura viária, o poder público e os órgãos de controle do trânsito acompanhassem o ritmo.

Constata-se que há uma grande dificuldade de acesso aos serviços urbanos, em especial, aos residentes nas periferias. Nesta perspectiva, é notável a separação entre as políticas de uso e ocupação do solo e as políticas de transportes, que, juntamente com a prioridade dada ao automóvel, atribui um caráter de crise à mobilidade.

Nesse contexto, o espaço público da cidade traz à tona conflitos e disputas. Assim, cresce o ativismo e o cicloativismo no Brasil, movimentos que entendem a cidade como o lócus da diversidade e da contestação por onde clamam direitos e demandam cidades mais saudáveis e sustentáveis. São ações que devem promover uma mobilidade mais equitativa e eficiente com base no cumprimento da função social da cidade. A sistematização de pesquisas a partir de dados oficiais se faz necessária para contornar os problemas conjunturais inerentes à mobilidade, assim como a incorporação de uma nova cultura que favoreça outros modais alternativos de transporte, tanto pelos governos como pela sociedade.